

ESTADO LIBERAL DIFICULTA CORRUPÇÃO

Guy Sorman*

No texto fundador da teoria liberal, "A Fábula das Abelhas", de 1704, Mandeville, um médico inglês de origem francesa, explicava que os homens, como as abelhas, tinham vícios e virtudes. A colméia funcionava bem, no entanto, porque os interesses individuais e contraditórios ao se adicionarem produziam o bem comum. A moral desta história é que é preciso aceitar os homens como eles são, sem querer corrigir sua natureza, e ordenar a sociedade de tal maneira que os interesses particulares combinem-se numa harmonia geral.

Este prefácio filosófico é indispensável, se quisermos analisar de maneira operacional, e não somente através de slogans, a corrupção que corrói o Brasil. A tentação fácil seria, na verdade, de proclamar que daqui por diante os corruptos serão proscritos da arena política e substituídos por pessoas honestas. Mas como se pode reconhecer a virtude, antes de ela ser exposta à tentação do vício? Lembremo-nos de que os regimes com pretensão virtuosa — a revolução francesa, ou o bolchevista, ou o castrista — fo-

ram totalitários e sangrentos. Desconfiemo-nos, portanto, do discurso sobre a virtude.

Na democracia deve-se esperar, logicamente, que a classe política seja representativa da natureza dos eleitores, que não são todos necessariamente honestos. Mas a grande diferença entre um eleitor brasileiro e um eleito brasileiro é que o segundo terá a oportunidade de se enriquecer ilicitamente às custas do primeiro.

Reduzir a corrupção, senão eliminá-la, exige, portanto, não uma meditação morosa sobre a natureza humana, não um exame de virtude, mas uma atenta reflexão sobre as instituições políticas. Não é por acaso que o debate sobre a corrupção acontece simultaneamente em países aparentemente tão diferentes quanto o Brasil, a China ou a Itália. Não se trata de um efeito de contaminação, nem de moda. É porque nestes três países o Estado pertence à mesma espécie. Sua intervenção na economia é poderosa, e a fronteira entre o que é privado e o que é público é incerta.

É sempre na fronteira que

prospera a corrupção, como acontece com o contrabando nas fronteiras das economias fechadas. Por todo lado onde o Estado pode conferir um privilégio público que abra a porta ao enriquecimento ilícito, a corrupção é inevitável e está inscrita no próprio sistema.

Por todo lado onde o Estado pode conferir um privilégio público que abra a porta ao enriquecimento ilícito, a corrupção é inevitável e está inscrita no próprio sistema.

Lembro-me de que em 1986 o então presidente da Bolívia, Hugo Paz Estensoro, que certamente não era um santo, ficou assustado com a corrupção que reinava no serviço de alfândega. A "nomenclatura alfandegária" compreendia centenas de tarifas diferentes. Bastava aos funcionários deste serviço transferir um produto de uma categoria para outra para fazer a fortuna do comerciante e do

funcionário da alfândega. Paz reduziu todos os males a um só e a corrupção foi reconduzida à sua estiagem normal.

A luta contra a corrupção passa necessariamente, salvo se permanecer apenas no discurso vazio, pela liberalização econômica, pela desregulamentação e pela privatização. Nos lugares onde o direito é simples, previsível e não negociável, a corrupção é privada de oxigênio. Nos lugares onde o empresário fica livre para demonstrar sua eficácia no mercado e na concorrência, a corrupção recua. A corrupção, portanto, revela a natureza "mordomista" do Estado.

A este respeito, a grande onda de denúncias do momento seria extremamente positiva se conduzisse a uma reformulação essencial do Estado, ao estabelecimento de uma verdadeira economia de mercado, à redefinição de uma fronteira clara entre o Estado e o setor privado. Existe aí, para quem souber aproveitar, uma ocasião histórica para reconduzir o Estado de volta às suas tarefas essenciais de guardião da ordem e da lei, deixando para a iniciativa privada o que ela faz melhor do que o Estado. Isto, para o futuro. Mas o que fazer com os corruptos

confirmados? Eles deveriam ser condenados a explicar, detalhadamente, os mecanismos de seu enriquecimento, para a edificação da opinião pública. Que eles façam compreender, por meio de sua incomparável experiência, as razões da hemorragia do Estado.

A prisão os reduziria ao silêncio. Seria melhor condená-los a falar. Seria conveniente também que eles reembolsassem aqueles que foram roubados, porque a corrupção não é neutra. Todo valor mal adquirido por um burocrata ou um político representa uma escola a menos, um hospital a menos, uma vacina a menos, uma estrada inacabada, empregos não criados. Que eles falem e que eles devolvam o que roubaram: este deveria ser o veredito, em relação ao passado. E para o futuro, que cada um cumpra sua função. Que o empresário empresarie, que o Estado faça reinar a ordem. Neste Estado recolocado em suas justas medidas, o vício continuará a existir ao lado da virtude, mas o vício não será recompensado. Deixará de ser uma questão de Estado: será um vício privado, cujo exame será deixado aos moralistas.

* Guy Sorman é jornalista e escritor